



**RELATÓRIO
E
CONTAS ANO DE 2021**



Conteúdo

1. CONTAS	4
1.1. DISCRIMINAÇÃO DAS CONTAS DE 2021	4
Demonstração dos Resultados por Naturezas.....	6
2. Identificação da Entidade	7
3. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	7
4. Principais Políticas Contabilísticas.....	8
4.1. Bases de Apresentação.....	8
4.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	9
5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	15
6. Ativos Fixos Tangíveis.....	16
7. Custos de Empréstimos Obtidos.....	17
8. Inventários	17
9. Rédito	18
10. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.....	19
11. Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	19
12. Benefícios dos empregados	20
13. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	20
14. Outras Informações	21
14.1. Clientes.....	21
14.2. Outras contas a receber	21
14.3. Diferimentos.....	22
14.4. Caixa e Depósitos Bancários.....	22
14.5. Fundos Patrimoniais.....	23
14.6. Fornecedores	23
14.7. Estado e Outros Entes Públicos.....	24
14.8. Outras Contas a Pagar	25
14.9. Fornecimentos e serviços externos.....	25
14.10. Outros rendimentos e ganhos	26
14.11. Outros gastos e perdas.....	26
14.12. Resultados Financeiros.....	27
14.13. Acontecimentos após data de Balanço	27
15. PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	29
RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ANO DE 2021	30



INTRODUÇÃO	31
NOVAS INICIATIVAS	33
PARCERIAS	33
RECURSOS FINANCEIROS	34
RECURSOS HUMANOS	34
RECURSOS TECNOLÓGICOS	38
RECURSOS MATERIAIS	38
RECURSOS FÍSICOS	39
SÓCIOS	39
RESPOSTAS SOCIAIS	40
ERPI – Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	40
SAD – SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO	41
CENTRO DE DIA	42
CANTINA SOCIAL - 2021	42
DIREÇÃO TÉCNICA	43
SERVIÇO SOCIAL	45
Introdução	48
Atividades	48
Conclusão	52
ANEXO I	53



Resultado líquido do período.....	13.6	16.018,27	34.485,78
Total dos Fundos Patrimoniais			
Passivo			
Passivo corrente:			
Fornecedores.....		77.407,56	66.365,12
..			
Estado e outros entes públicos.....	13.7	16.168,93	32.637,02
Financiamentos obtidos.....	6	456,18	6.871,82
Outras contas a pagar.....	13.8	45.942,12 95.934,32	177.208,86 95.934,32
Outras provisões			
Diferimentos.....	13.3	0	0
.....			
Total do passivo			
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo			
		235.909,11	379.017,14
		1.843.476,10	2.026.186,36



Demonstração dos Resultados por Naturezas

Dezembro 2021

RUBRICAS	NOTAS	EXERCÍCIOS	
		2021	2020
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados.....	8	809.816,76	890.926,54
Subsídios à exploração.....	10	587.990,05	621.251,24
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.....	7	122.972,44	149.232,24
Fornecimentos e serviços externos.....	13.9	265.351,28	300.813,77
Gastos com o pessoal.....	11	1.060.280,33	1.047.194,76
Outros rendimentos e ganhos.....	13.10	174.675,30	
Outros gastos e perdas.....	13.11	33.438,28	98.059,27
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		90.439,78	112.996,28
Gastos/reversões de depreciação e de amortização.....	5	74.399,08	76.398,58
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões).....			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		16.040,70	36.597,70
Juros e rendimentos similares obtidos.....			
Juros e gastos similares suportados.....	13.12	22,43	2.111,92
Resultado antes de impostos		16.018,27	34.485,78
Imposto sobre o rendimento do período.....			
Resultado líquido do período		16.018,27	34.485,78



2. Identificação da Entidade

A Associação Assistência Beneficência Misericórdia de Alverca é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, com sede na Rua 9 de Agosto, n.ºs.30/32, em Alverca do Ribatejo, que desenvolve, como atividade principal, atividades relacionadas com lar, centro de dia e apoio domiciliário.

3. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2021 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2012 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2012 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2012 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2012 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.



4. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

4.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

4.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

4.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem.

4.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes e associados.

4.1.4. Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.



4.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

4.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

4.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

4.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “*Ativos Fixos Tangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzidos das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor na data de atribuição.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais. As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.



As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	5 a 10
Equipamento de transporte	4
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	4 a 10
Outros Ativos fixos tangíveis	5 a 10

4.2.2. Bens do património histórico e cultural

Os “*Bens do património histórico e cultural*” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor na data de atribuição.

4.2.3. Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “*Investimentos Financeiros*” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

4.2.4. Inventários

Os “Inventários” estão registados pelo custo de aquisição.

4.2.5. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos os “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resultar numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;



- Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado de:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data do relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.



Os Ativos e Passivos Financeiros deixam de ser conhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

4.2.6. Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos. Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

4.2.7. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data do relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.



4.2.8. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

Locações

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez, os custos directos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “*Fornecimentos e Serviços Externos*”.



4.2.9. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) *“As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) *Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) *Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director-geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) *Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*



Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.



6. Ativos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público

A Entidade usufrui dos seguintes “Ativos Fixos Tangíveis” do domínio público:

Bens do domínio público - Ativos Fixos Tangíveis
Descrição
Edifício Sede - Rua 9 de Agosto 1990, nº30/32
Edifício - Rua Miguel Bombarda, nº1 e nº7
Viaturas
Mobiliário Diverso
Equipamento Básico

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2021

	Saldo em 01-Jan-2021	Aquisições / Dotações	Abates	Saldo em 31-Dez-2021
Custo				
Terrenos e recursos naturais	7.583,94			7.583,94
Edifícios e outras construções	2 615.394,48			2 615.394,48
Equipamento básico	315.955,47			315.955,47
Equipamento de transporte	194 914,70		21.111,69	173.803,01
Equipamento administrativo	158 839,40			158 839,40
Outros Ativos fixos tangíveis	60 049,26		-	60 049,26
Total	3 352.737,25			3 331.625,56
Depreciações acumuladas				
Edifícios e outras construções	969.230,01	52.307,88		1.021.537,89
Equipamento básico	303.094,90	4.673,03		307.767,93
Equipamento de transporte	161.581,08	13.376,25	21.111,69	153.845,64
Equipamento administrativo	138.560,44	4.041,92		142.602,36
Outros Ativos fixos tangíveis	55 121,73			55.121,73
Total	1 627.588,16	74.399,08	21.111,69	1.680.875,55



7. Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2021			2020		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	1.110,64		1.110,64	459,85		459,85
Locações Financeiras				6.411,97		6.411,97
Total	1.110,64		1.110,64	6.871,82		6.871,82

8. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2021 e em 31 de Dezembro de 2020 a rubrica “*Inventários*” apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2020	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2020	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2021
Mercadorias	-	-	-	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	7.720,82		-	7.720,82			7.250,11
Total	7.720,82		-	7.720,82			7.250,11
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas							
Variações nos inventários da produção				-			-



9. Rédito

Para os períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2021	2020
Vendas	-	-
Lares	1.065.081,97	1.113.819,91
Centro de Dia	94.244,05	106.435,69
Apoio Domiciliário	153.840,24	195.268,77
Outros	259.315,85	194.712,68
Total	1.572.482,11	1.610.237,05

É de salientar, que apesar de um ano tão atípico e difícil, face à situação de pandemia mundial, pelo covid 19, que afectou grandemente a situação económica, social e de saúde pública o nosso país e por consequência também a nossa associação.

Esta situação, levou a uma descida da actividade da AABMA, resultando numa descida dos réditos e dos respectivos gastos, como podemos verificar neste quadro.

Apesar desta diminuição de actividade, devido a tomada de decisões importantes, por parte da direcção, permitiu-se obter um resultado líquido positivo. Este resultado, foi alcançado através da cedência do Alvará do Lar da Nossa Senhora da Graça, permitindo, obter um resultado positivo de 16.018,27€. Este valor está incluído no quadro em cima indicado, na rubrica “outros”.



10. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

No período de 2021, foi mantida a provisão, no montante de 95.934,32€, contabilizada na conta do SNC 293, relativa a um processo judicial, resultante de desvios de fundos das contas da AABMA, no decorrer do ano de 2018 e 2019.

Descrição	2021	2020
293 - Provisão	95.934,32	95.934,32
Total	95.934,32	95.934,32

11. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2021	2020
	-	-
Centro Regional da Segurança Social	572.955,57	533.034,85
IEFP		49.277,68
Autarquias	10.505,16	26.845,10
Outros	4.529,32	12.093,61
Total	587.990,05	621.251,24

Em virtude da redução da nossa actividade, os apoios por parte da Segurança social, que são atribuídos na proporção do desenvolvimento dos nossos serviços, diminui face a 2020.

No entanto, obtivemos o apoio por parte da Camara Municipal de Vila Franca de Xira e Instituto de Apoio às PME, e outros donativos, de outras entidades, para conseguirmos fazer face ao grande número de despesas provocadas pelo covid 19.

Continuaram a ser realizados contactos e esforços, para se conseguir o apoio, do Fundo de Socorro, tendo sido apresentada uma candidatura em 2020, temos a expectativa de virmos a receber este apoio em 2022.



12. Benefícios dos empregados

Os órgãos diretivos da Entidade não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2021	2020
Remunerações aos Órgãos Sociais	--	--
Remunerações ao Pessoal	852.687,70	858.464,78
Benefícios Pós-Emprego		
Indemnizações		381,00
Encargos sobre as Remunerações	188.089,39	175.972,88
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	10.937,09	12.376,10
Gastos de Acção Social		
Outros Gastos com o Pessoal	8.566,15	
Total	1.060.280,33	1.047.194,76

13. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

A entidade, também tem a sua situação regularizada junto da Administração Tributária.



14. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

14.1. Clientes

A rubrica “*Clientes*” tinha, em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a seguinte decomposição.

14.2. Outras contas a receber

A rubrica “outras contas a receber” tinha, em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a seguinte

Descrição	2021	2020
Clientes e Utentes c/c	25.306,59	49.151,38
Total	25.306,59	49.151,38

decomposição:

Descrição	2021	2020
Devedores por acréscimos de rendimentos		5 867,60
...		
Outros Devedores		122 366,29
Perdas por Imparidade		
Total		128.233,89

A rubrica Outros Devedores inclui o débito contabilizado na conta 279 do SNC, em nome da antiga funcionária, responsável pelo pagamento de notas de despesa sem valor contabilístico, pelo no montante de 95.934,32€, na sequência da constituição provisão, para processos judiciais em curso.

Este processo, passou da fase de inquérito, aguarda-se o despacho de acusação ou de encerramento.



14.3. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Diferimentos” engloba os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Gastos a reconhecer		
Seguros		294,78
Rendas		5 572,82
Total		5 867,60

14.4. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2021 e 2020, encontra-se com os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Caixa	205,80	1.144,65
Depósitos à ordem	46.610,71	98.491,26
Depósitos a prazo		
Outros		
Total	46.816,51	99.635,91



14.5. Fundos Patrimoniais

Nos “*Fundos Patrimoniais*” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2021	Debito	Crédito	Saldo em 31-Dez- 2021
Fundos	47 263,46	-	-	47 263,46
Excedentes técnicos	-	-	-	-
R. Líquido	34.485,78	34.485,78	16.018,27	16.018,27
Resultados transitados	282.704,37	49.495,07	34.485,78	267.695,08
Excedentes de revalorização	18.566,50	-	-	18.566,50
Outras variações nos fundos patrimoniais	1.264.149,11	6.125,43	-	1.258.023,68
Total	1.647.169,22		-	1.607.566,99

Obtivemos em 2021, um resultado líquido positivo em 16.018,27

14.6. Fornecedores

O saldo da rubrica de “*Fornecedores*” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Fornecedores c/c	77.407,56	66.365,12



14.7. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	3.205,18	18,30
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)		3.987,28
Outros Impostos e Taxas		40,35
Total	3.205,18	4.045,93
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	4.479,80	7.901,25
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)		
Segurança Social	10.678,11	24.735,77
Outros Impostos e Taxas	1.011,02	
Total	16.168,93	32.637,02

Os valores aqui inscritos, são pagos no mês seguinte, e dentro do prazo legal para o efeito, tendo por isso, a entidade, disponíveis declarações de não dívida à segurança social e às finanças.



14.8. Outras Contas a Pagar

A rubrica “*Outras contas a pagar*” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2021		2020	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-			128 700,00
Remunerações a pagar	-			37.928,52
Fornecedores de Investimentos	-			
Outros credores	-	34.033,13		10.580,86
	-			
Total	-	34.033,13		177.208,85

14.9. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “*Fornecimentos e serviços externos*” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, foi a seguinte:

Descrição	2021	2020
Subcontratos		
Serviços especializados	86.965,89	84.530,45
Materiais	9.434,43	9.419,64
Energia e fluidos	71.100,21	77.704,85
Deslocações, estadas e transportes	420,90	146,45
Serviços diversos (*)	97.429,85	129.012,38
Limpeza, higiene e conforto	33.497,29	45.023,74
Material Clínico	10.974,85	7.362,25
Total	265.351,28	300.813,77

Apesar da grande diminuição da actividade da AABMA, face à situação de pandemia, esta diminuição, não teve igual correspondência, na descida dos fornecimentos e serviços externos, em grande parte devido aos gastos elevados em EPI’s (luvas, mascaras, álcool gel, etc) registado na rubrica: limpeza higiene e conforto.



14.10. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “*Outros rendimentos e ganhos*” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Alienações	0,00	62.275,00
Alugueres	3.900,00	3.900,00
Venda electricidade	1.236,65	541,94
Reembolso IVA	5.803,40	7.460,88
IRS donativo	1.760,54	5 037,45
Venda material diverso (fraldas, cremes, etc)	22.782,27	22.044,12
Outros	134.862,39	1.155,45
Estorno Social	2.923,19	
Devolução Salários entidade	1.416,76	
Total	174.675,30	98.059,27

Como se pode verificar houve um grande acréscimo nesta rubrica, comparativamente ao ano de 2020, devido ao facto, de se ter cedido o alvará do Lar da Nossa Senhora da Graça, e que contabilisticamente, se traduziu num resultado positivo de 16.018,27€.

14.11. Outros gastos e perdas

A rubrica de “*Outros gastos e perdas*” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Impostos	4.382,96	1.337,04
Descontos de pronto pagamento concedidos		770,40
Outros Gastos e Perdas	29.055,32	
Total	33.438,28	2.107,44



14.12. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

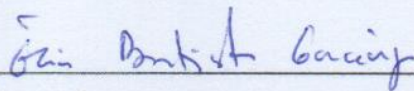
Descrição	2021	2020
Juros suportados	22,43	4,48
Outros gastos de financiamentos		
Resultados financeiros	22,43	(4,48)

14.13. Acontecimentos após data de Balanço


Não foram conhecidos, após a data da elaboração do balanço, situações com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2021.

Alverca do Ribatejo, 10 de Março de 2022

O Técnico Oficial de Contas



(Élia Susana Varela Pimenta Batista Granja)





As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2021 foram aprovadas pela Direção no dia 10 de Março de 2022.

A Direção

A Presidente

Maria Edite Belo Martins Alvito

(Maria Edite Belo Martins Alvito)

Vice-Presidente

José António Ramos Martins Jerónimo

(José António Ramos Martins Jerónimo)

Secretário

João Luis Leal Mouro

(João Luis Leal Mouro)

Tesoureiro

Berta de Jesus da Silva Oliveira

(Berta de Jesus da Silva Oliveira)

Vogal

José Manuel Dias

(José Manuel Dias)



15. PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos 10 dias do mês de março de 2022 pelas 18 horas reuniram na sede da A.A.B. Misericórdia de Alverca os membros do Conselho Fiscal, para análise das peças finais de apresentação de contas da A.A.B. Misericórdia de Alverca do ano 2021.

De acordo com o disposto na alínea b) do Artº. 34º dos estatutos da A.A.B. Misericórdia de Alverca, foram analisadas as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 salientando-se o Balanço, Demonstração de Resultados por Natureza, anexo ao Balanço.

Da análise a esses documentos verifica-se a existência de resultado líquido positivo de 16.018,27€.

Este resultado positivo resultou, da tomada de decisão da Direção, da cedência do Alvará do Lar da Nossa Senhora da Graça, por sessenta mil euros.

Após uma análise sumaria das contas, e tendo-se verificado a regularidade e conformidade das mesmas, somos assim do parecer:

- a) Que seja aprovado o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2021;
- b) Que seja aprovado um voto de louvor à Direção, bem como a todas as pessoas que, com a sua dedicação, têm prestigiado esta instituição.

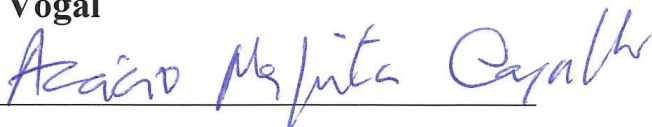
Alverca, 10 de março de 2022

Presidente



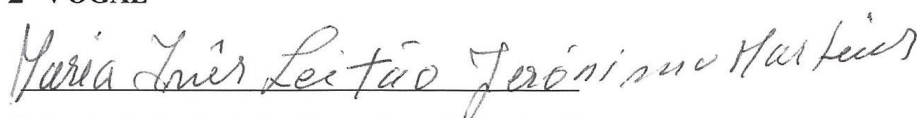
(Rosa Maria Rodrigues Neto)

1º Vogal



(Acácio Mesquita Carvalho)

2º VOGAL



(Maria Inês Leitão Jerónimo Martins)



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ANO DE 2021



Nascer é uma possibilidade, viver é um risco, envelhecer é um privilégio

(Mário Quintana)

INTRODUÇÃO

O Relatório de Atividades relativo a ano de 2021, procura espelhar as ações realizadas durante o referido ano, pela AABMA – Associação de Assistência e Beneficência Misericórdia de Alverca nas respostas sociais, ERPI – Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, Apoio Domiciliário, Centro de Dia e Cantina Social.

Este documento para além de ser uma reflexão sobre o trabalho desenvolvido com a comunidade de Alverca é também uma reflexão sobre as dificuldades e os constrangimentos, que impediram a realização de algumas das atividades previstas.

O Relatório de Atividades teve por base a linha orientadora traçada no Plano de Ação para 2021, previamente definido, e os princípios orientadores da AABMA – Associação de Assistência e Beneficência de Alverca, nomeadamente a sua Missão, Visão e valores.

MISSÃO

Ser uma Instituição centrada na comunidade sénior, com repostas sociais que respondam às suas necessidades, promovendo o seu bem-estar no lazer e na saúde, estimulando o seu máximo potencial físico e intelectual.

VISÃO

A Misericórdia quer continuar a ser uma Instituição de excelência e referência, na área da terceira idade e na ação social, no concelho de Vila Franca de Xira.



VALORES

A Misericórdia valoriza:

- Humanidade: Em primeiro lugar o respeito e a valorização das Pessoas;
- Acolhimento e assistência: Foco na segurança dos nossos utentes;
- Espírito de equipa: Ética profissional e Institucional;
- Transparência nos serviços: Fazer exatamente como deve ser feito;
- Humildade; Capacidade de assumir e aprender com os erros;
- Integridade; Honestidade, retidão, imparcialidade.

A **Missão, Visão e Valores** são o conjunto de diretrizes fundamentais que regem uma organização.

Não podemos deixar de referir, quão importante é ter sempre presente a identificação dos três princípios orientadores, para atingirmos um serviço de excelência que nos diferencie de entre as ofertas existentes na área em que desenvolvemos a nossa atividade - IDOSOS.



NOVAS INICIATIVAS

As novas iniciativas previstas no Plano de Atividades para 2021, foram afetadas devido às condicionantes impostas pelo COVID19.

Assim, de acordo com as possibilidades existentes fomos adaptando às circunstâncias. A título de exemplo, não nos foi possível dar continuidade à Fisioterapia, devido às recomendações da DGS, uma vez que não temos instalações que permitam trabalhar em grupo, cumprindo com o distanciamento social.

A pedido de alguns familiares foram efetuadas sessões de Fisioterapia individuais, após parecer do nosso corpo clínico bem como da DGS.

Outras iniciativas que exigissem contato com exterior/ interior, também não puderam ser postas em prática devido ao cumprimento da distância social e a todos os cuidados inerentes à Pandemia.

Por exemplo não pudemos dar continuidade à aprendizagem das atividades de leitura e noções básicas de aritmética. Esta atividade, antes do COVID, era levada a cabo por uma professora primária voluntária, que dava oportunidade aos utentes de aprenderem a ler, escrever e fazer contas. Era um momento de entusiasmo e com grande aderência. Alguns utentes já sabiam já sabiam assinar o seu nome, o que os enchia de grande orgulho.

Apesar das condicionantes existentes, tentámos fazer o nosso melhor, sendo que as atividades desenvolvidas são as apresentadas na rúbrica “Animação”

PARCERIAS

A vontade de desenvolver parcerias também foi afetada pela situação do COVID19. Na minha modesta opinião, estabelecer contatos, promover ações e parcerias, implica um trabalho de campo que muitas vezes, dadas as matérias abordadas não se coaduna apenas com as reuniões por videoconferência.

É necessário o contato presencial, visitas às instalações, o que não foi possível fazer dada a instabilidade em que vivemos, em que todos os dias eram diferente.

Outra das razões prendeu-se com o facto de apenas ser permitida a entrada dos trabalhadores nas nossas instalações, dado o elevado risco de saúde devido aos surtos e COVID. Era nossa obrigação evitarmos a todo o custo a disseminação da doença, sobretudo no caso dos nossos utentes, devido às morbidades e fragilidades associadas próprias da idade, pondo em risco as suas vidas.

Inclusive, as parcerias que, já tínhamos constituído em anos anteriores, foram interrompidas pelas razões atrás referidas.



RECURSOS FINANCEIROS

Relativamente aos recursos financeiros, informamos o seguinte:

- O Processo relativo ao desvio dos 95.000,00 €, já se encontra no Tribunal Cível, pelo que estamos a aguardar a notificação do Tribunal a fim de pudermos apresentar requerimento para solicitar a devida indemnização. Nunca é de mais referir que, o desequilíbrio provocado pelo desvio, ainda se faz sentir nos nossos compromissos financeiros
- O ano de 2021 ficou marcado pelo encerramento do Lar Sr^a da Graça, tendo o trespasse do alvará ocorrido no dia 1 de Maio de 2021, cujo valor de venda gerou um encaixe financeiro de 60.000,00 € (sessenta mil euros), o qual já se encontra totalmente liquidado.

RECURSOS HUMANOS

Na área dos Recursos a Formação foi a área mais afetada. Há formações que pelas suas características, têm de ser presenciais, como por exemplo cursos de cozinha, cursos de primeiros socorros, cursos de cuidados aos idosos, ou seja aqueles em que é necessário a intervenção do trabalhador, o que nas formações por videoconferência não é possível efetuar a parte prática fundamentalmente nas formações acima referidas, afetando o potencial das mesmas.

No entanto foi possível fazer a formação que abaixo se indica:

Formações:

- Novo regime do maior acompanhado vs direitos dos idosos em respostas sociais (8h)
- Diabetes (2h)
- Práticas colaborativas com famílias em situação de vulnerabilidade (12h) através do SAASI
- Participação no plano de emergência interno apresentado pela empresa Etnimanual;

No que se refere aos nossos objetivos: Mudança, Cultura, Mobilidade, e Estratégia foram os mesmos cumpridos dentro e perante o ambiente existente.

É disso exemplo, a forma como correu a integração de todas as funcionárias do Lar da Sr^a da Graça, as quais se encontram plenamente adaptadas.

À data, eram 11 as trabalhadoras da Sr^a da Graça, não tendo havido cessações de contrato por nossa iniciativa.

Durante o ano de 2021, saíram 12 e entraram 4 trabalhadoras.

Acresce referir, que o total das trabalhadoras no final do ano era de 71, sendo que 6 se encontram de baixa por doença prolongada.



TOTAL DE TRABALHADORES 2021	
Administrativas	4
Ajudantes de Ação Direta	26
Ajudantes de Cozinha	6
Animadora Sócio Cultural	1
Auxiliares de Limpeza	5
Cozinheiras	3
Diretora Técnica (Técnica de Serviço Social)	2
Ecónoma	1
Lavandaria	3
Motoristas	2
Responsável pessoal e medicação	1
Técnica de Serviço Social	1
Trabalhador de manutenção	1
Ajudantes de Ação Direta SAD	3
Ajudantes de Ação Direta de Centro de Dia	6
TOTAL DE TRABALHADORES A DESEMPENHAR AS SUAS FUNÇÕES	65
Trabalhadores de baixa	6
TOTAL DOS TRABALHOS DA AABMA	71

Nota:

- Pisos – 1º ao 3º andar - Número total de as Ajudantes de Ação Direta necessárias - **26 trabalhadoras;**
- Refeitório / Centro de Dia – Número total de Ajudantes de Ação Direta necessárias - **6 trabalhadoras;**
- Lavandaria – Número total de Ajudantes de Ação Direta necessárias - **3 trabalhadoras;**
- SAD – Número total de Ajudantes de Ação Direta necessárias **3 trabalhadoras.**

A AABMA – Associação de Assistência e Beneficência Misericórdia de Alverca tem um total dos 71 trabalhadores, sendo que 65 são efetivos, 6 são contratos a termo certo. Para além do total dos trabalhadores, contamos ainda com 5 prestadores de serviços (2 médicos, 2 enfermeiros e advogada)

A Instituição tem uma estrutura etária envelhecida, cuja média de idades é de 48 anos para as mulheres e de 63 para os homens. Ver Gráfico nº 1 e Gráfico 2

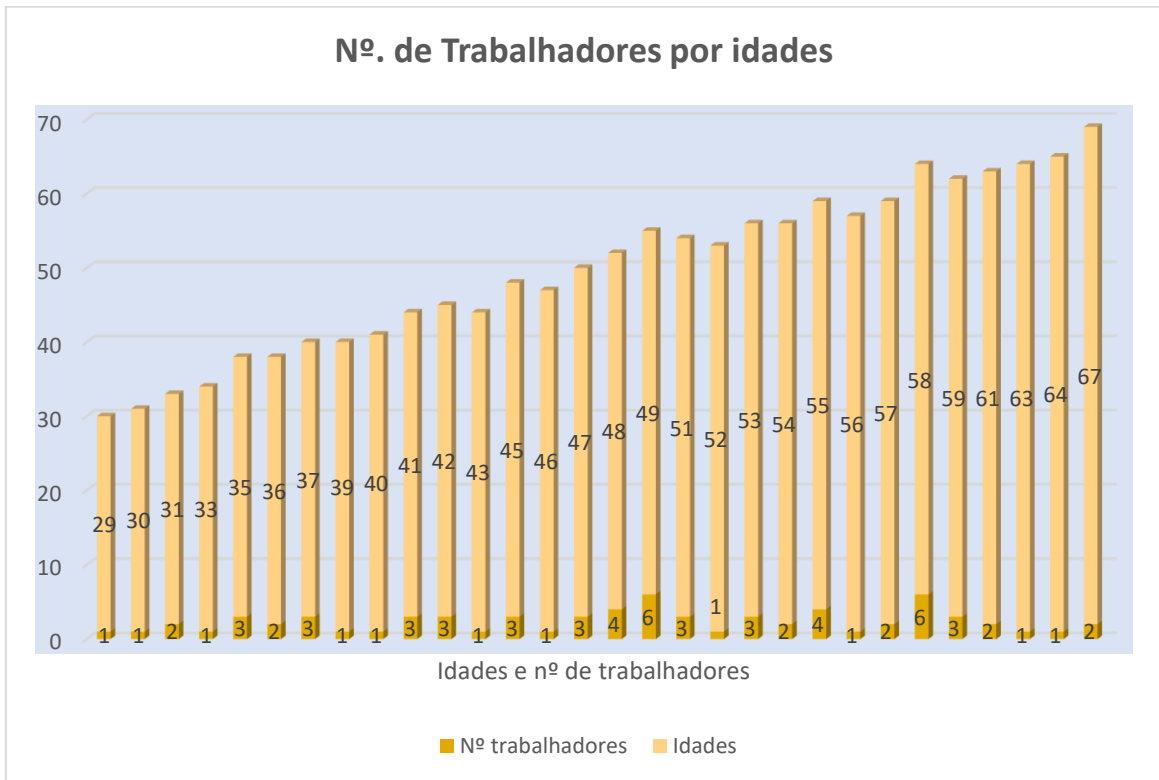


Gráfico nº 1

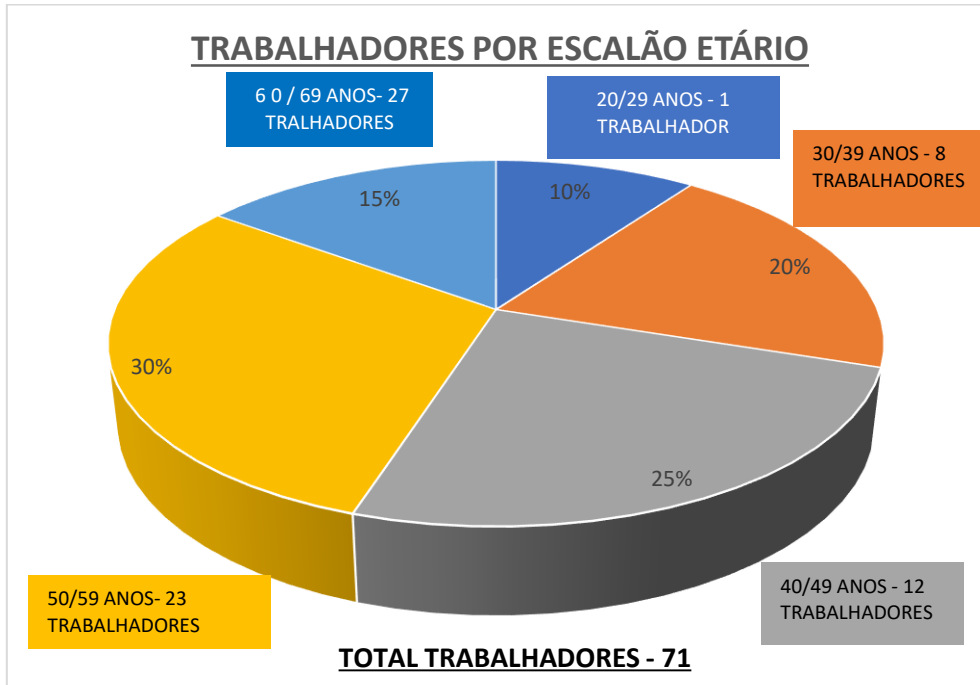


Gráfico nº. 2

Muito embora não tenhamos ainda os programas informáticos que nos permitam fazer com o rigor necessário, apresentamos os valores anuais do absentismo e da assiduidade.



Nos cálculos foram apenas consideradas as horas totais trabalhadores e as horas não trabalhadas devido a baixas prolongadas.

Assim, a percentagem relativa ao absentismo 2021 foi de 9% e a percentagem relativa à assiduidade 2021 de 91%. Ver abaixo gráfico nº 3.

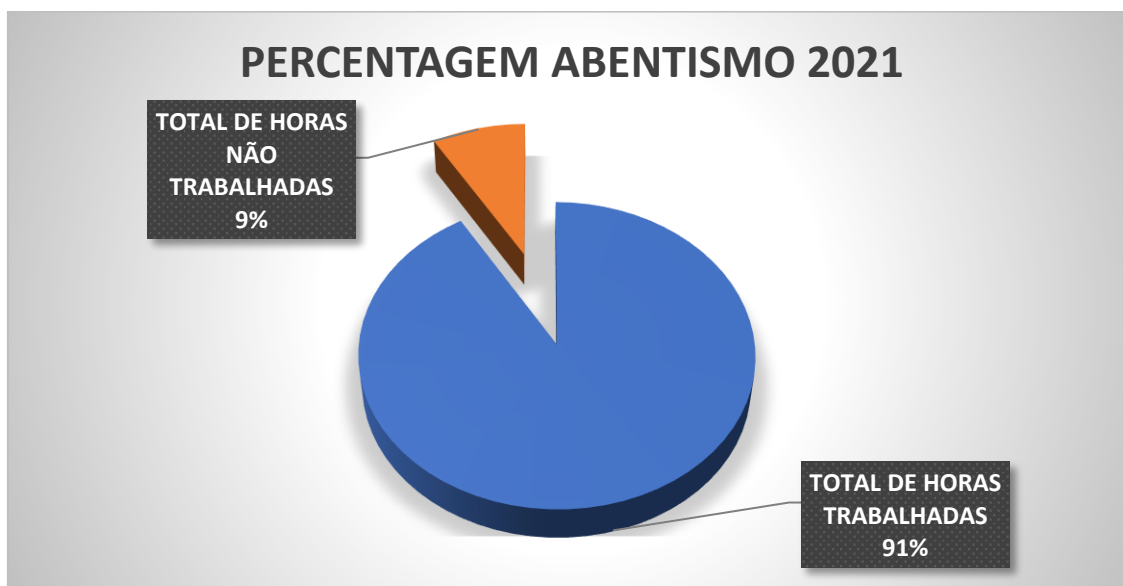


Gráfico Nº 3



RECURSOS TECNOLÓGICOS

No que se referia à nossa proposta para 2021, em matéria de recursos tecnológicos foi dado início a alterações que nos propusemos fazer e que segundo se espera, serão concluídas no próximo ano de 2022, atendendo às nossas dificuldades financeiras.

Assim, foi resolvido o problema dos telefones internos, procedeu-se a aquisição de dois telemóveis com maior capacidade de armazenamento, e iniciaram-se os trabalhos dos pontos de acesso do WIFI de modo a permitir a cobertura total do edifício.

Relativamente aos programas de gestão informática, optámos por rescindir contrato com a empresa F3M e adquirimos alguns módulos à empresa TSR. Quer uma empresa quer outra estavam vocacionadas para módulos informáticos específicos para a área das IPSS. Rescindimos com a empresa ODULISSER (F3M), em primeiro lugar porque tinham módulos que não correspondiam/respondiam às nossas necessidades. O outro facto que levou à rescisão foi o valor excessivo de manutenção cobrado anualmente pela referida empresa.

Também durante o ano de 2021 se iniciou o projeto de alteração do sítio da Internet, cujo trabalho foi adjudicado à empresa Crafcodes. Contamos que o mesmo fique concluído no máximo no final do 1º semestre.

No que se refere às fotocopiadoras, rescindimos o contrato com a anterior prestadora do serviço, e fizemos novo contrato de prestação de serviços com uma empresa da zona, a Xeconxira cujos valores mensais/anuais são muito mais baixos.

O valor total anual pago em 2019 à anterior prestadora de serviços (WHITE e GRENKE) foi igual 3.615,10 € (Três mil seiscientos e quinze euros e 10 cêntimos) à Xeconxira e CREDITEX pagámos num ano 2021 o valor de 951,23 € (novecentos e cinquenta e euros e vinte e três cêntimos), o que representa um encaixe 2.663,87 €, ou seja uma diminuição da despesa de 74%.

RECURSOS MATERIAIS

No que se refere aos recursos materiais deu-se início à alteração dos dados do programa da F3M para a TSR, em Novembro de 2021. Esperamos estar a trabalhar em pleno, no final do 1º semestre de 2022.

A partir de Agosto de 2021 foi feita pesquisa no mercado para aquisição de fardas, toalhas de mesa e toalhas turcas. Estes materiais eram de primeiríssima necessidade, dado que muitas das trabalhadoras compravam as suas próprias fardas, sendo que todas eram diferentes ou usavam as da Instituição que já estavam demasiado gastas, o que dava uma imagem negativa da Instituição.

Foram também adquiridos talheres, dado que o número necessário por refeição era insuficiente.



RECURSOS FÍSICOS

Relativamente aos Recursos Físicos, apenas foram feitas manutenções imprescindíveis para resolver as necessidades de ocasião.

SÓCIOS

Durante o ano de 2021 foi alterado o sistema de pagamento das quotas, que se traduziu num resultado positivo, dado que os sócios têm vindo a aderir muito bem ao método da transferência ou no pagamento nos nossos Serviços Administrativos.

O número total de sócios é atualmente de 691.

A revisão do valor da quota terá de ser equacionada, dado que o mesmo não sofre qualquer alteração há vários anos.



RESPOSTAS SOCIAIS

ERPI – ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA PESSOAS IDOSAS

A resposta social ERPI - Estrutura Residencial para Pessoas Idosas apesar de ainda se ter verificado um número elevado de casos COVID19, felizmente a nossa Instituição não existiram surtos durante o ano de 2021 apenas no final do ano, 3 utentes após terem saído para visitarem os seus familiares no Natal, apresentaram sintomas suspeitos, cujos testes deram negativos após realização de testes PCR.

No ano de 2021, a nossa capacidade esteve sempre no limite máximo, com o total de camas ocupadas. Muito embora as práticas nas admissões tenham sofrido alterações nas regras de internamento, com maior exigência sobre as questões relacionadas com o estado de saúde do utente, dada a necessidade de cumprirmos com as precauções inerentes à pandemia, a fim de não disseminarmos a doença com as eventuais consequências de surtos, no entanto estas exigências não se refletiram negativamente na procura dos nossos serviços.

O ano de 2021 continuou a ser a sequência dos problemas relacionados com a problemática do ano de 2020. Foi um período difícil, principalmente para os utentes que continuaram a verem-se privados de poder contactar de forma próxima com os seus familiares e de puderem se ausentar das nossas instalações. O mesmo se passou com os familiares a quem procuramos dar o maior apoio possível, nomeadamente através dos nossos serviços sociais, que diariamente davam notícias dos seus familiares. Pelo que se registavam número um elevado número de chamadas recebidas ou eram estabelecidos contatos personalizados com informações sobre estado geral de saúde e emocional dos nossos utentes

No ano de 2021 foram visíveis as consequências deixadas pela Pandemia; houve um interregno nas suas vidas, que está bem patente nos seus olhares, na sua melancolia e na falta de vontade na participação das atividades de animação diária e na deterioração das vidas e vontades.

Para a ERPI temos acordo para 64 utentes, sendo a nossa capacidade total de 69 utente. Em reunião de Direção ficou decidido que a mensalidade máxima a praticar na resposta social ERPI, passar por 1.000,00€ (mil euros) a partir de 01 de Janeiro de 2022.

A mensalidade média da ERPI é de 777,67 €/mês. Neste Valor estão incluídas as mensalidades das vagas cativas, cujos valores são substancialmente mais baixos.

Ainda no ano de 2021, a mensalidade máxima era de 1000,00€ (Mil euros), dado que o valor da reforma permitia o pagamento do referido valor.

A mensalidade mínima (vaga cativa) era 235,10/mês.



SAD – SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO

Esta Resposta Social tem capacidade total de 30 utentes, sendo que estão afetas a este serviço duas equipas de colaboradoras distintas por serviços. Uma das equipas está destinada apenas às entregas de refeições e outra equipa para a realização dos Serviços de Higiene Pessoal, Higiene Habitacional e Tratamento de Roupas. Estes serviços são efetuados todos os dias incluindo fins-de-semana e feriados.

Este serviço tem uma equipa personalizada e treinada para o referido serviço, composta por 4 ajudantes de ação direta e 2 motoristas, supervisionados pela Diretora Técnica, com formação na área do Serviço Social, com o apoio dos serviços comuns, tais como:

- Transportes;
- Lavandaria;
- Cozinha;
- Aprovisionamento;
- Serviços Administrativos.

Alguns dos utentes desta resposta social, já são nossos utentes há muitos anos, sendo o mais antigo de 2003, seguindo de 4 de 2016, 2 de 2017 e os restantes de 2019, 2020, 2021 e 2022.

Esta continuidade na prestação dos nossos serviços aos mesmos utentes denota lealdade e satisfação pelo trabalho desenvolvido pelas nossas trabalhadoras. Ou seja, existe a fidelização dos utentes mais antigos sustentados na qualidade dos serviços prestados, nomeadamente o Serviço de Higiene Pessoal. No ano de 2021 foram admitidos 7 novos utentes. A capacidade da resposta social SAD é de 30 utentes.

O ano de 2021 foi um ano atípico na procura dos Serviços de Apoio Domiciliário. Verificou-se uma maior procura do Serviço de Higiene Pessoal, habitacional, em detrimento do serviço de alimentação. Esta alteração poderá estar relacionada com um maior acompanhamento das famílias e redes de vizinhança de apoio, devido a obrigatoriedade de trabalho vai remoto durante o período do COVID.

A intervenção de toda a equipa teve como base a individualidade de cada utente, potenciando diferentes respostas de acordo com as suas necessidades, considerando as vulnerabilidades caso a caso.

Assim, sempre que houve necessidade, a responsável pela resposta social SAD – Serviço de Apoio Domiciliário, interveio junto dos utentes ou dos familiares nas intervenções abaixo mencionadas:

- Articulação com ACES – Centro Saúde de Alverca, para a prestação de cuidados de enfermagem ao domicílio;
- Articulação com Saúde Pública do Estuário sempre que houve necessidade solicitação de apoio do âmbito da Pandemia – COVID-19;
- Articulação com a Assistente Social ACES – Centro de Saúde de Alverca, para avaliação e levantamento de necessidades no âmbito da Saúde pública;



CENTRO DE DIA

O Centro de Dia foi a resposta social mais atingida pela Pandemia COVID-19

O nosso edifício não reúne as condições físicas que permitam responder positivamente às exigências da DGS e da Segurança Social.

Deste modo a resposta social do Centro de Dia está suspensa desde Abril de 2020, no entanto, desde o início da suspensão, temos dado apoio em regime de domiciliação aos utentes que queiram continuar a beneficiar dos nossos serviços.

Aguardamos, ansiosamente, que sejam levantadas as medidas da Pandemia de modo a podermos continuar a prestar um serviço de grande valia para os idosos da comunidade de Alverca. O Centro de Dia é uma resposta social que evita o isolamento do idoso, evitando a sua degradação e evitando ou retardando a sua possível integração em ERPI - Ver Anexo I

CANTINA SOCIAL - 2021

A Cantina Social é um Programa de emergência alimentar.

O objetivo principal da Cantina Social é a satisfação da necessidade de acesso a alimentação para pessoas com carência económica e exclusão social.

Os números de refeições protocoladas com o Instituto da Segurança Social tem vindo a diminuir, contudo, a instituição em 2021 continuou a fornecer 23 refeições diárias, 7 dias por semana, para consumo no domicílio e disponibilizadas gratuitamente.

A maioria dos nossos beneficiários encontram-se em situação de desemprego e alojamento precário e são referenciados por outras organizações de Intervenção Social do Concelho de Vila Franca de Xira.



DIREÇÃO TÉCNICA

A função de um Diretor Técnico é definida no artigo 11.º da Portaria n.º 67/2012 da Segurança Social. No ano 2021, a Diretora Técnica, de um modo geral, dirigiu a instituição, onde assumiu a responsabilidade pela programação de atividades e a coordenação e supervisão de toda atividade inerente às Respostas Sociais, atendendo às necessidades existentes, com vista ao bom funcionamento da instituição

No ano 2021, ainda no âmbito da Pandemia foi imprescindível, reforçar um maior acompanhamento pela observância do bom funcionamento do lar não só pela comunicação pessoal aos utentes, mas também aos seus familiares. Foi necessário intervir de forma mais cordial e disponível possível, respondendo a todas as questões colocadas relacionadas com normas de funcionamento da DGS, revelando empatia para com a família e com a pessoa idosa neste momento tão sensível.

De salientar, a Direção Técnica coadjuvada pelos vários setores, desenvolveu outros trabalhos/ações, conforme abaixo indicadas:

- Junho 2021 - Reunião/inspeção com Técnica de Saúde Pública (ACES do Estuário do Tejo) e elemento da Proteção Civil para verificar se a instituição tem condições para a reabertura da Resposta Social - Centro de Dia, em tempos de Pandemia. Infelizmente, o parecer não foi favorável, dado que o acesso às instalações e espaços comuns não asseguram a prevenção de risco de contaminação – COVID 19, de acordo com as normas da DGS que vigoravam na altura.
- Outubro 2021 – Visita de Acompanhamento técnico da Segurança Social relativamente às Respostas Sociais Serviço de Apoio Domiciliário e Centro de Dia nos seguintes âmbitos da inspeção:

Caraterização da Resposta Social
Funcionamento da Resposta Social
Caraterização da Entidade de Enquadramento
Acordo de Cooperação
Controlo de Frequências
Comparticipações Familiares
Tipologia dos utentes
Parcerias



Estrutura Organizativa e Funcional da Resposta Social
Serviços Prestados
Gestão de comportamentos e prevenção de situações de negligência, abusos e maus-tratos
Reclamações
Regulamento Interno
Recursos Humanos
Edificado e Instalações

- Novembro 2021 - Organização com equipa da *Task Force* vacinação do ACES Estuário do Tejo - concelho de VFX para a realização da Vacinação de Reforço para a COVID-19 (3ª Dose) - 60 Utentes e 57 Funcionários foram vacinados na instituição no dia 29/11/2021.
- Todo o ano 2021:
 - Monitorização semanal na Plataforma Integrada de Monitorização da Segurança Social, com os dados sobre COVID 19, referentes aos utentes e trabalhadores da instituição.
 - Monitorização diária em [Formulário de Acompanhamento das Estruturas Residenciais - COVID-19](#) da Direção Geral de Saúde.
- Contatos regulares com a Delegação de Saúde Pública a fim de receber orientações, sempre que houvesse necessidade de ativar Plano de Contingência em situações de trabalhadores ou utentes com suspeita de COVID 19.



SERVIÇO SOCIAL

As ações desenvolvidas pelo serviço social em 2021, pela Técnica Sílvia Ventura, iniciaram-se a partir do mês de fevereiro, após a baixa clínica da mesma.

Estando a Dra. Marta Alvito a desempenhar as funções de Diretora Técnica, o serviço social, na valência de lar, está mais direcionado para a assistente social principal.

Existimos para proporcionar aos nossos idosos, um ambiente de convívio e de participação gerador de bem-estar pessoal e social.

Queremos prestar um serviço de qualidade, que exceda as expectativas dos nossos utentes. Acreditamos que a nossa dedicação, disponibilidade e equidade são valores fundamentais à nossa intervenção.

Assim, consideramos que as atividades desenvolvidas ao longo do ano causam um impacto social significativo, com benefícios reais para o nosso público-alvo e suas famílias.

1. Todos os **atendimentos** são sustentados com o preenchimento da ficha de atendimento pré-diagnóstico. Esta ficha permite analisar, com as informações recolhidas, a situação da pessoa idosa interessada em ingressar, ou não, numa das valências.

Assim, foram realizados 88 atendimentos (a maior parte deles não presenciais) com as seguintes características:

- 19 Sem inscrição;
 - 38 Mantêm-se em lista de espera;
 - 20 Inscrições com desistências ou falecimentos da lista de espera;
 - 4 Inscrições resultaram em admissão para lar mas ao longo do ano houve desistência;
 - 7 Mantêm-se em ERPI
2. Em 2021, a **lista de espera** foi atualizada por duas vezes (março e novembro) de onde retirámos 111 inscrições. Pudemos, então, verificar que existe a impossibilidade das ERPI's em responder a todas as solicitações.

A 31 de dezembro de 2021, a nossa lista de espera conta com 129 inscrições.



3. Foram realizadas 23 **admissões** para a valência de lar. É um processo demoroso, não só pela parte burocrática que acarreta, mas principalmente por ser uma ação de extrema importância que deve ser planeada com cuidado, para que o acolhimento seja positivo.

Em relação às **saídas** contabilizamos um total de 20, com 16 falecimentos e 4 desistências.

4. No mês de abril, a assistente social contactou todos os familiares dos utentes da valência de **centro de dia**. Todos se mostraram interessados na retoma do serviço, mas existem imposições externas que nos impedem de avançar;
5. Em abril, foi aplicado a cada residente a **Escala de Barthel**, instrumento de avaliação geriátrico que avalia o nível de independência do sujeito, para a realização de dez atividades básicas da vida diária (ABVD), com resultados apresentados, permitindo à gestão ter uma ideia da dependência dos utentes.
6. Ainda nesse mês, foi alterado o **Plano Individual de Cuidados (PIC)** em vigor, com aprovação da Direção, para a implementação do novo modelo. No mês seguinte, foram elaborados 69 planos e afixados em cada quarto, correspondente a cada utente.

Conforme orientação da Segurança Social, os PIC's têm de ser revistos e atualizados duas vezes por ano. Em dezembro, procedeu-se em conformidade.

7. No mês de maio, para evitar perda de informação em caso de problema informático, houve o cuidado de imprimir os **registos de ocorrências** de todos os utentes. Este é um instrumento de trabalho interno do serviço social.
8. Em junho, e após leitura de vários documentos de intervenção social, a técnica teve necessidade de aperfeiçoar a **ficha multidimensional de avaliação diagnóstica**, para levantamento das necessidades e potencialidades do cliente.
Quanto mais pormenorizada e relevante for a informação recolhida, mais precisa será a avaliação da problemática e conseqüentemente, mais eficientes serão as estratégias de intervenção delineadas.
Para o efeito, temos como fonte: a observação direta, a informação fornecida por terceiros, a aplicação de escalas, as entrevistas e outro tipo de registos internos.



9. No mesmo mês, ainda foi possível aplicar a **Escala Mini Nutricional Assesment (MNA)** a 32 utentes, com transmissão dos resultados à Direção.

10. Em colaboração com a animadora foi estruturado o **Plano de Atividades e Desenvolvimento Individual (PADI)** para aplicação em 2022.

11. **Ações diárias / semanais/ mensais:**

- Contactos regulares com a pessoa de referência do idoso, por telefone, *e-mail* ou de forma presencial para partilha de informação com o objetivo de uma maior transparência do trabalho interno desenvolvido;
- Leitura dos livros de ocorrências que contêm os registos das ajudantes de ação direta no seu acompanhamento com o utente;
- Atualização de grelhas e tabelas ou listas que transmitem aos diversos setores, informações necessárias ao desempenho de funções nomeadamente: lista de quartos, escala de visitas, grelha alimentar, contactos dos familiares;
- Mapas de frequência da ERPI.

12. **Ações pontuais / anuais:**

- Relatório e Plano de atividades;
- Pedido de apoios sociais como o complemento por dependência ou apoio à terceira pessoa;
- Reuniões internas (4) / externas (2);
- Parceria no âmbito do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social Integrado (SAASI) do Concelho de Vila Franca de Xira.

Do trabalho desenvolvido ao longo do ano, o “cliente” (como alguns gostam de enunciar) é sempre o nosso foco. Devemos sempre salvaguardar o seu interesse. Princípios como: autodeterminação, dignidade, respeito, individualidade, autonomia, capacidade de escolha, privacidade e intimidade, confidencialidade, igualdade, participação, estão sempre presentes na nossa atuação. É fundamental não permitir percam direitos, por envelhecer!



ANIMAÇÃO

Introdução

O bom funcionamento das habilidades físicas e mentais são a chave para vivermos de forma livre e independente.

O isolamento imposto pela pandemia, especialmente na população idosa e que reside em lares, afetou de forma severa o sua saúde mental, trazendo mais solidão e mais tristeza. Consequentemente a sua mobilidade e autonomia física ficaram comprometidas, tornando-se cada vez mais dependentes.

As restrições e normas, para combate à pandemia, mantidas em 2021 impediram o contato social e afetivo, tão natural quanto necessário, ao bem-estar psicológico do ser humano. Os obrigatórios e sucessivos isolamentos afastaram colaboradores do seu local de trabalho, impedindo-os de cumprir as suas metas!

De acordo com este contexto, apresentam-se as principais atividades socioculturais realizadas junto dos utentes, dentro da Instituição.

Atividades

De acordo com este contexto, apresentam-se as principais atividades socioculturais realizadas em 2021 junto dos utentes, dentro da Instituição.

1. **Semanalmente**, e com grupos mais homogêneos (com habilidades cognitivas semelhantes), destacam-se as seguintes ações, com os respetivos exemplos:

1.1. **Estimulação Cognitiva/Sensorial** (“o todo pelas partes”; “ilusões óticas”; “cantores portugueses e temas musicais”; “quizz de outono”; “Implantação da República”; “cidades de Portugal”; alimentação e mitos”). Esta atividade, inicialmente programada apenas para a segunda-feira, passou a realizar-se três vezes por semana, com grupos de utentes diferentes e com capacidades cognitivas idênticas. Decorreu até ao início dos preparativos de Natal, em novembro.

1.2. **Sessões de leitura (lenda das amendoeiras, poemas da autoria de utentes, correção de provérbios, expressões populares portuguesas, adivinhas).** Esta atividade deixou de ser semanal, dando lugar à estimulação cognitiva.



1.3. Jogos de mesa (bingo, dominó, diferenças, sopa de letras). À semelhança da anterior, esta atividade também deixou de ser realizada semanalmente.



1.4. Ginástica (dança, exercícios de mobilidade, flexibilidade e equilíbrio, jogos como o petanca)



1.5. Ginástica, na Sra. da Graça (decorreu até meados de março)

1.6. “Contadores de Histórias”. Com o objetivo de elevar a autoestima do idoso, através do protagonismo no relato da sua história de vida, esta iniciativa decorreu ao longo do ano 2021, de forma individual, ou em grupo. Os utentes relembrou memórias positivas, através da partilha de vivências, dos seus tempos de juventude. Temas como **“a minha profissão”**, **“a minha terra Natal”**, **“quando eu era criança”**, entre outros, serviram como ponto de partida a viagens em tempos passados. Não tendo sido ainda possível partilhar toda esta informação com os familiares dos utentes, pelo que está previsto para 2022.



1.7. Em março, um grupo alargado de utentes iniciou a sua participação no projeto “**Já Dizia a Minha Avó**”, o qual promovia o contato intergeracional, através da troca de correspondência (digital) entre “avós e netos”. O projeto durou cerca de três meses.

As datas festivas/temáticas de maior destaque, foram celebradas de forma a obter o maior número possível de participantes:

- No dia **8 de março**, Dia Mundial da Mulher, todas as mulheres, utentes e trabalhadoras com a oferta de **flores e poemas** (autoria de um utente);
- Na **Páscoa** os utentes foram presenteados com **ovos de Páscoa, oferecidos em copos recicláveis decorados pelos utentes**.
- Aproveitando as habilidades musicais de dois utentes, realizaram-se pontualmente bailes de musica popular acompanhados pelo **acordéon e pela pandeireta** (março e abril).
- Na iniciativa “**Onde estava no 25 de abril de 1975?**”, (um ano após o 25 de Abril de 1974), os utentes testemunharam experiências reais e emocionantes vividas nesse tempo.
- Em maio as nossas utentes foram homenageadas com um **placar gigante fotográfico**, com retratos da sua **juventude**, delicadamente emolduradas, e expostas no espaço destinado a visitas de utentes. Posteriormente foram oferecidas às próprias;
- Em junho, os nossos utentes participaram na **coreografia da música oficial da seleção portuguesa, “Vamos com Tudo”**, cujo animado vídeo foi partilhado com os seus familiares;
- No dia 2 de julho realizamos internamente a nossa **Sardinhada**, com muito **convívio entre utentes e trabalhadores, ementa tradicional e música popular**. Não faltou o pezinho de **dança**, para completar o espirito de arraial;



- No **Dia dos Avós** os utentes foram surpreendidos com uma **moldura artesanal** (feita com canas) com as **fotografias dos netos**. Foi uma ótima surpresa.
- No dia 26 de outubro a **AABMA completou o seu 19º aniversário**, assinalado por um almoço mais requintado, entre utentes e trabalhadores. Os utentes participaram numa **sessão de maquilhagem**, seguida de uma **sessão fotográfica**, no jardim.



- Os preparativos para o **Natal** foram iniciados com **decorações recicláveis e ligadas à natureza: árvores de Natal com canas e decoração com pinhas e folhas de árvore.** Também realizamos uma **sessão fotográfica “caseira”**, cujas fotos serviram para realizar um **postal de Natal, para oferta às famílias.**

As utentes com maior gosto pela cozinha, confeccionaram **bolachinhas de Natal**, e ofereceram a todos os trabalhadores da nossa casa.



Neste ano, a **música** foi uma aliada. Excelente ferramenta para chegar a todos os utentes, proporcionando-lhes momentos de relaxamento e de diversão. Os seus efeitos positivos no cérebro são cientificamente comprovados.

Mensalmente foram celebrados os **aniversários dos utentes**, com **bolo de anos** confeccionado pela cozinha, e com ofertas de **postais personalizados**, com uma foto do utente.





A conhecida e conceituada **Pastelaria Boluz** iniciou uma parceria com a Misericórdia de Alverca, a partir do mês de julho. À exceção do fim-de-semana, diariamente foram-nos oferecidos produtos seus que não são vendidos – pastelaria e pão.

Em conjunto com a Dra. Silvia Ventura, Assistente Social, foi realizado o **PADI – Plano de Atividades e Desenvolvimento Individual**, um diagnóstico que integra as necessidades ocupacionais e de desenvolvimento pessoal de cada utente, com o intuito de promover a sua participação ativa, em diversos âmbitos. Este documento ainda não foi aplicado.

De forma a preservar o envolvimento dos familiares dos utentes, na dinâmica da Instituição, todas as semanas foram enviadas **fotografias ilustrativas das atividades socioculturais**. O feedback demonstrado pelas famílias foi bastante positivo, permitindo-lhes alguma aproximação numa época de enorme afastamento. A utilização da rede social “facebook” também foi frequentemente utilizada, como forma de comunicação para o exterior.

Ansiamos, com esperança, o regresso a um quotidiano mais normal e livre.

Conclusão

Apesar de já não termos sido afetados com surtos de COVID19, foram várias as vezes que passamos por alguns sustos mas, no entanto, valeu-nos a experiência e o conhecimento adquirido com o surto de 2020. O ano de 2021 foi um ano de testes PCR, o que permitiu um controle mais rigoroso, e de atuação rápida de modo a controlarmos doença e evitarmos a sua disseminação.

A atual Direção tomou posse no dia 26 de Abril de 2021 e tem vindo a adaptar-se de uma forma muito célere e com muita vontade de resolver problemas, que não foram resolvidos nas anteriores Direções.

Um dos trabalhos, que certamente ficará resolvido em 2022, é o de correções à contabilidade. Tem sido feito um trabalho exaustivo de conferência de documentos e de valores lançados em contabilidade e resolvidos com a respetiva explicação sobre os elementos encontrados.

O presente Relatório de Avaliação de Atividades é um instrumento importante de arquivo das atividades realizadas e de avaliação. Todo o registo é uma sumula do trabalho executado com o esforço e empenho de todos os colaboradores e dirigentes.

Esta Direção rege-se pelos princípios da transparência, humildade orientada para uma gestão participativa e participada.

A Direção da AABMA – Associação de Assistência e Beneficência Misericórdia de Alverca agradece profundamente o empenho de todos os trabalhadores que estão sempre aqui, prontos para enfrentar uma batalha de cada vez, empenhados em encontrar soluções e dispostos a dedicar todo o seu esforço e força de vontade para resolver as contrariedades desta vida difícil e pesada, que é trabalhar com seres tão fragilizados como são os idosos. Paraphrasing the writer [Antoine de Saint-Exupéry](#) - O Pequeno Príncipe.



Aqueles que passam por nós não vão sós, não nos deixam sós. Deixam um pouco de si, levam um pouco de nós.

ANEXO I

INDICAÇÕES DA SEGURANÇA SOCIAL QUE MANTIVEMOS AO LONGO DO ANO CENTRO DE DIA – 2021

O artigo 5.º da Portaria n.º 85-A/2020, de 3 de abril, estipula que “_nas situações em que seja necessário domiciliar o apoio prestado pelos Centros de Dia, cuja atividade foi suspensa por força da situação epidemiológica da COVID-19, o montante da comparticipação financeira da segurança social é majorado no valor correspondente à diferença da comparticipação da resposta de centro de dia para a de serviço de apoio domiciliário, até ao limite máximo de serviços prestados a 100 %_”

Por sua vez, o artigo 4.º da Portaria n.º 160/2020, de 26 de junho, dispõe que “;_durante o período em que se mantiver suspensa a resposta social de Centro de Dia e nas situações em que seja necessário domiciliar o apoio prestado, é prorrogada a majoração da comparticipação financeira da segurança social, de acordo com o previsto nos n.ºs 1 a 5 do artigo 5.º da Portaria n.º 85 -A/2020, de 3 de abril_”.

No sentido de não prejudicar as Instituições, optou-se pela manutenção do processo de reporte “_manual_”; que, em eventuais casos de divergência de dados, prevalecerá sobre o reporte através da SSD.

Por forma a não atrasar mais o processo, mantém-se o procedimento anteriormente estabelecido. Nesse ficheiro, relativamente a cada utente em frequência em Centro de Dia Nesse ficheiro, relativamente a cada utente em frequência em Centro de Dia solicitamos, para os casos em que se registou domiciliação de serviços, sejam indicadas, por utente, as tipologias de serviço que foram prestadas no domicílio dos utentes, assim como do n.º e periodicidade de serviços prestados.